



UR

MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA

CÂMARA MUNICIPAL

ATA N.º 12/2026



**REUNIÃO ORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE
FREIXO DE ESPADA À CINTA
REALIZADA NO DIA QUINZE
DE JUNHO DO ANO DE DOIS
MIL E VINTE E SEIS.**

----- No dia quinze de junho do ano de dois mil e vinte e seis, nesta Vila de Freixo de Espada à Cinta, no Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Dr. Nuno Manuel Rocha Gomes Ferreira reuniu ordinariamente a Câmara Municipal com a presença dos seguintes senhores Vereadores: Dr. Rui Pedro Madeira Vicente, Dra. Marisa João Palma Ferreira Madeira, Daniela Lucinda Ferreira Bento Pereira e António José Gaspar Morgado. -----

----- Secretariou: Victor Manuel Glórias Rentes, Assistente Técnico do Município. -----

----- E sendo catorze horas, o Excelentíssimo Senhor Presidente declarou aberta a reunião, passando-se de imediato à discussão dos seguintes assuntos: -----

ANTES DA ORDEM DO DIA

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Boa tarde a todos. Sejam bem-vindos à reunião de Câmara, esta por sinal no mês de junho. E, antes de passar ao período de antes da ordem do dia e à intervenção do Executivo, dar nota que a mesma sofreu alteração devido a compromissos de agenda do Executivo Autárquico que se prendeu com a Feira da Agricultura de Santarém, com as Marchas Populares realizadas pela Escola e pelas reuniões que foram levadas a cabo aqui no Município, embora não publicitadas, sobre a questão da habitação. Daí ser hoje, segunda-feira, a reunião de Câmara. -----



----- Posto isto, passamos então à intervenção por parte do Executivo, sem prejuízo depois de passar a palavra aos Srs. Vereadores da Oposição. -----

----- A intervenção será sobre alguns pontos que foram aqui levantados e elencados na última reunião de Câmara e os quais carecem de alguns esclarecimentos para que não haja, nem suscite nenhuma dúvida a quem nos assiste com periodicidade nas suas casas, no conforto dos seus lares, e a todo e qualquer munícipe do nosso Concelho, bem como aos Srs. Vereadores da Oposição. -----

----- E refiro-me para começar, precisamente, pelas senhas de presença, para levarmos a bom porto. “Declaração para reunião de Câmara. Autor: O Presidente da Câmara Municipal, Dr. Nuno Manuel Rocha Gomes Ferreira. Destinatário: todos os Membros do Executivo Municipal. E hoje, data da reunião de 15 de junho de 2026. Assunto: Informação sobre a regularização das senhas de presença da Reunião de Instalação de 2025 e contextualização do histórico administrativo. Exmos. Senhores Vereadores, No âmbito dos princípios da transparência, da verdade material e da boa administração que norteiam a gestão deste Executivo Municipal, cumpre-me apresentar a presente informação relativa ao processo de abono de senhas de presença respeitantes à Reunião de Instalação do Órgão Executivo, ocorrida em 27 de outubro de 2025. Do Histórico Praticado e do Procedimento Administrativo habitual: Na sequência de uma consulta e auditoria interna exaustiva realizada pelos serviços de apoio aos órgãos autárquicos relativamente aos mandatos anteriores, apurou-se que a ausência de processamento de senhas de presença na reunião instaladora de 27 de outubro de 2025 não constituiu, de forma alguma, qualquer ato excecional, discricionário ou fora do normal. Verificou-se, de forma inequívoca, que nas reuniões de instalação dos mandatos autárquicos de 2013, de 2017 e de 2021, o procedimento adotado pelos serviços do Município foi rigorosamente idêntico. Repito, rigorosamente idêntico. Em nenhuma dessas tomadas de posse anteriores foram abonadas senhas de presença aos vereadores em regime de não permanência. Fica, assim, cabalmente demonstrado que estivemos perante uma praxe e costume administrativo enraizado nos serviços de apoio ao longo de mais de uma década, independentemente dos executivos em funções, e que foi replicado em 2025 de forma puramente automática e institucional. Da Desnecessidade de Litigância e Queixa junto da IGF: Face a esta realidade, importa sublinhar que a apresentação de uma denúncia ou queixa junto da Inspeção-Geral de Finanças, sendo que este assunto já havia sido levantado por parte dos Senhores Vereadores da oposição, onde nos foi solicitada



informação relativa as senhas pagas, revelou-se um ato manifestamente escusado, despropositado e gerador de um ruído institucional desnecessário. Para que a legalidade estrita e os direitos dos eleitos fossem salvaguardados, bastaria aos interessados terem interpelado diretamente o Senhor Presidente da Câmara Municipal, solicitando a reapreciação do enquadramento jurídico do direito ao abono. Como este Executivo sempre pautou a sua atuação pelo diálogo, pelo rigor absoluto e pelo cumprimento estrito da lei, qualquer lapso de processamento histórico teria sido prontamente analisado e corrigido a nível interno, sem necessidade de sobrecarregar as instâncias de auditoria do Estado com matérias de mera rotina administrativa local. Da Regularização Proativa Atual: Não obstante o costume administrativo herdado de mandatos anteriores, e porque este Executivo não se revê na perpetuação de práticas que careçam de suporte legal à luz do Estatuto dos Eleitos Locais (art.º 10.º da Lei n.º 29/87), determinou-se de imediato a retificação da situação. Desta forma, e sem prejuízo de darmos nota desta regularização à IGF em sede de aditamento ao contraditório: Informa-se que nesta mesma reunião (15/06/2026) são dadas a assinar aos Senhores Vereadores em regime de não permanência as respetivas senhas de presença autónomas relativas ao ato de instalação de 27 de outubro de 2025. Determina-se que os serviços financeiros procedam ao imediato processamento e liquidação dos valores legalmente devidos, repondo a legalidade estrita e sanando em definitivo esta matéria herdada do passado. Solicito que a presente informação seja registada na respetiva ata para os devidos efeitos legais e administrativos. Freixo de Espada à Cinta, 15 de junho de 2026. O Presidente da Câmara Municipal, Dr. Nuno Manuel Rocha Gomes Ferreira.” Peço à Sra. Chefe de Divisão que faça chegar as senhas de presença para assinatura dos Srs. Vereadores da Oposição. -----

----- Muito bem, prosseguimos. Na última reunião de Câmara foram levadas a cabo aqui algumas afirmações e considerações, e até algumas questões que são de forma natural, sobre a prática do Gabinete Veterinário e dos seus elementos. Passo a informar algumas das situações do trabalho levado a cabo pelo Gabinete Veterinário. “O Gabinete Veterinário Municipal desenvolve regularmente ações de apoio à proteção e bem-estar animal, assegurando o acompanhamento de diversas situações sinalizadas no Concelho. Os animais errantes são uma preocupação para o nosso Município, na medida em que afetam a segurança, a saúde pública e o bem-estar. Estes surgem essencialmente devido ao constante abandono dos animais e também devido à sua reprodução descontrolada. O Município de



Freixo de Espada à Cinta tem tentado dar resposta a esta situação de uma forma responsável e atualmente já é notória a sua redução na via pública. Esta é uma realidade que ultrapassa largamente o nosso Concelho. Pois a falta de capacidade dos Centros de Recolha Oficial, mais conhecidos por CRO, é atualmente um problema transversal a todo o país. Este Município assinou um acordo de cooperação com o Centro de Recolha Oficial de Figueira de Castelo Rodrigo a 18 de janeiro de 2016, tendo sido o mesmo interrompido por força das obras que o mesmo sofreu. Desde então e até à presente data, foi-nos comunicado pelos responsáveis do mesmo, que não tem capacidade para acolher novos animais, devido à elevada ocupação das suas instalações. Resumindo-se o contrato com este CRO a situações específicas previstas na legislação, nomeadamente no acolhimento de animais potencialmente perigosos que não possam cumprir quarentena domiciliária. De forma a ultrapassar e dar resposta a este problema, foi celebrado em 2024 um protocolo com o Santuário Animal, em que sempre que existem situações devidamente sinalizadas e sem resposta de adoção dos animais, depois devidamente vacinados, identificados eletronicamente, são encaminhados para o Santuário Animal, onde permanecem em condições dignas e adequadas. Até à presente data, estão no Santuário Animal quatro cães do Município recolhidos, segundo este protocolo. Foi também realizado com sucesso, nos últimos três anos, o apoio à adoção de cerca de 32 animais, entre canídeos e felídeos. Este Município tem também desenvolvido, relativamente aos animais errantes, o programa CED (Captura, Esterilização e Devolução) para o qual já adquiriu o equipamento necessário, nomeadamente jaulas de captura específicas. Durante o ano de 2025, realizou-se a primeira ação numa colónia identificada na localidade de Mazouco, onde foram esterilizadas três gatas fêmeas. Também neste âmbito, foram contactadas todas as Juntas de Freguesia, com o intuito de agilizar mais rapidamente este tipo de procedimento, onde lhe foi solicitado apoio na comunicação a este Município, das colónias existentes nas suas Freguesias. Relativamente às campanhas de vacinação antirrábica e de identificação eletrónica, o Gabinete Veterinário Municipal, com o apoio da Direção-Geral da Alimentação e Veterinária (DGAV) desde 2023 teve a seguinte adesão. E passo a informar: Em 2023, número de vacinas da raiva administradas 138; número de identificação eletrónica efetuadas 75. Em 2024, 112 número de vacinas de raiva administradas e número de identificação eletrónica efetuadas 64. Em 2025, número de vacinas de raiva administradas 100. Em 2025 também, número de identificação eletrónica efetuadas 48. Estas campanhas constituem uma medida fundamental de



saúde pública e bem-estar animal, permitindo aos munícipes cumprir as suas obrigações legais a custos reduzidos. Atualmente, o valor da identificação eletrónica através de microchip é de apenas 2,50€ e a vacina antirrábica tem um custo de 10,00€, sendo válida por um período de 3 anos. Já em 2026, irá decorrer nova campanha. Foi também implementada a medida municipal Cheque Veterinário devidamente publicada em Diário da República, II Série, a 11/06/2024, destinada a apoiar famílias economicamente carenciadas. Considera-se que existe uma situação de carência económica quando a totalidade dos rendimentos aferidos pelos membros de um agregado familiar seja inferior ao montante do Indexante de Apoios Sociais, nomeado IAS, tendo já sido atribuídos os seguintes Cheques: Em 2024, 2; 2025, 3; e já durante o ano de 2026, 1.” Dar nota que temos extremo orgulho no trabalho desenvolvido quer pela Médica Veterinária, a Doutora Bruna e também pelo Enfermeiro Veterinário, o Enf. Daniel, que têm levado a cabo um trabalho de excelência no que à parte do Gabinete Veterinário têm feito. Aliás, dar também nota que os mesmos estão sempre ao dispor, sempre que solicitados, através dos horários que são amplamente difundidos a cada ano e onde têm dado cobertura a todo o Concelho de Freixo de Espada à Cinta. Dar também nota que quer o Enf. Daniel e quer a Doutora Bruna, têm levado a cabo neste Município, e desde que iniciaram funções connosco, um trabalho exaustivo que ultrapassa muitas vezes apenas e só o Gabinete Veterinário. Nomeadamente o Enf. Daniel, no qual temos um extremo orgulho pela forma dedicada e empreendedora de podermos contar com um enfermeiro desta dimensão e um elemento que está sempre pronto para trabalhar, seja na área da veterinária, seja nas áreas de enriquecimento curricular, seja na Universidade Sénior, o que mostra a dedicação que é levada a cabo perante este Município. -----

----- Continuando, resposta para ser prestada ao Sr. Vereador sobre o pedido que efetuou na última reunião novamente e que já tinha também efetuado anteriormente, para ficar toda a gente esclarecida. “Resposta ao pedido verbal de consulta de documentos efetuado pelo Senhor Vereador António José Gaspar Morgado na Reunião Ordinária de 08/05/2026. Senhores Vereadores, Relativamente ao pedido formulado verbalmente pelo Senhor Vereador António José Gaspar Morgado na reunião ordinária de 8 de maio do corrente ano – no qual solicitou o acesso e a consulta dos extratos do cartão de crédito deste Município, respetivos comprovativos de despesa, bem como das folhas de processamento salarial desde outubro de 2021 até à presente data –, cumpre-me, em nome do rigor institucional e do



cumprimento escrupuloso da lei, apresentar os seguintes esclarecimentos e determinar o procedimento adequado. Do Direito à Informação dos Membros do Executivo: É indubitável, e esta Presidência defende-o sem reservas, que os Senhores Vereadores, incluindo os eleitos pelas listas da oposição, gozam do direito à informação necessário para o cabal desempenho do seu mandato, tal como decorre do Estatuto dos Eleitos Locais (Lei n.º 29/87, de 30 de junho) e do Regime Jurídico das Autarquias Locais (Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). Da Necessidade de Formalização e Fundamentação do Pedido: Contudo, o exercício deste direito não é discricionário nem isento de regras formais. O acesso a documentação administrativa de cariz financeiro e, sobretudo, de recursos humanos, exige o cumprimento dos trâmites legais previstos na lei geral. Como é sabido, a consulta de elementos desta natureza deve ser precedida de um requerimento formal escrito, devidamente dirigido ao Presidente da Câmara Municipal. Este requerimento não constitui uma mera formalidade burocrática, mas sim um imperativo legal, devendo conter de forma clara, passo a citar: A delimitação precisa do objeto da consulta; A devida fundamentação e os motivos invocados para a consulta, demonstrando o nexo da causalidade entre os documentos solicitados e o estrito exercício das funções e competências de fiscalização do mandato de Vereador. Da Proteção de Dados Pessoais e Legislação Aplicável: Esta exigência formal assume particular relevância no caso vertente. O pedido do Senhor Vereador abrange “folhas de processamento salarial” de um período de quase cinco anos. Estes documentos contêm dados de natureza estritamente pessoal e protegida de dezenas de trabalhadores desta autarquia (tais como remunerações, descontos, dados bancários, situações de saúde ou penhoras dos mesmos). O Município está obrigado ao cumprimento rigoroso do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD) e da LADA (Lei de Acesso aos Documentos Administrativos - Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto). Para que a Câmara Municipal possa facultar o acesso a dados de terceiros sem violar a lei, ou para que proceda à sua prévia anonimização, é absolutamente obrigatório que o pedido venha formalizado por escrito e fundamentado, permitindo aos serviços jurídicos aferir a legalidade e a proporcionalidade do acesso. Conclusão e Decisão: Face ao exposto, e reiterando a total abertura deste Executivo para cooperar com as funções de fiscalização de todos os eleitos locais, passo a informar o Senhor Vereador António José Gaspar Morgado de que os serviços municipais aguardam a entrada do respetivo requerimento escrito fundamentado, após o qual, e



obtido o parecer de legalidade face à proteção de dados, será facultado o acesso aos documentos nos exatos termos da lei.” -----

----- Passamos a mais um esclarecimento relativo à reunião anterior que se prende com a mobilidade evocada pela Sra. Vereadora Daniela Bento. “Intervenção de Esclarecimento: Mobilidade na Carreira de Técnico Superior”. E para esclarecimento dos nossos munícipes, para que fique sanado de uma vez por todas aquilo que está em causa. “Sras. e Srs. Vereadores, Assoma a esta discussão uma total inversão da realidade jurídica e factual que não posso deixar passar em claro, sob pena de a ignorância técnica se fazer passar por verdade política. A insinuação da oposição sobre a mobilidade realizada em fevereiro deste ano é juridicamente incorreta, carece de fundamento e denota um anacronismo legislativo preocupante. A Senhora Vereadora acusa este Executivo de aplicar uma suposta ‘dualidade de critérios’, comparando o processo atual com uma mobilidade efetuada em 2019. Tenta, assim, comparar o incomparável ao misturar dois processos juridicamente autónomos, instruídos sob molduras legais e tempos totalmente diferentes. Convém, por isso, repor a verdade e a legalidade administrativa através de três factos sumários e incontestáveis: Rejeição de “Dualidade de Critérios” (2019 vs. 2026). Incomparabilidade jurídica: Os processos de mobilidade de 2019 e o atual (fevereiro de 2026) ocorreram sob molduras legais completamente diferentes. A Câmara aplica a lei em vigor no momento do ato. 2. A Realidade Atual (Mobilidade de 2026). Reforma Estrutural de 2024: O Decreto-Lei n.º 13/2024 reorganizou a carreira de Técnico Superior, reduzindo-a de 14 para 11 posições e extinguindo a antiga 1.ª posição (Nível 11). A nova 1.ª posição: Por lei, a nova base de entrada passou para o Nível 16 (1.499,15 €). Matematicamente, esta nova 1.ª posição paga mais do que a antiga 2.ª posição de 2019 (Nível 15 – 1.446,51 €). Não há, portanto, prejuízo nem favoritismo. 3. Terceiro facto - A Reposição da Justiça sobre o Caso de 2019 (Os 4 Técnicos Superiores). O erro de 2019: Na mobilidade de 2019, 4 assistentes técnicos licenciados assumiram funções de Técnico Superior, mas foram colocados na 1.ª posição remuneratória. O executivo atual considera que isto foi uma injustiça, uma discriminação face a eventuais candidatos externos (que entrariam na 2.ª posição) e configurou um “enriquecimento sem causa” por parte do Município (trabalho de Grau 3 pago pelo mínimo de Grau 1). Fundamentação e Retroativos: Com base no princípio constitucional “para trabalho igual, salário igual” e no Parecer n.º DAJ (Direção de Serviço de Apoio Jurídico) 160/19 da CCDR-Centro, o executivo atual decidiu



retificar o posicionamento inicial destes 4 trabalhadores para a 2.ª posição, com efeitos retroativos a 2019. 4. Não Prescrição dos Créditos Laborais. Legalidade do pagamento: De acordo com a Lei Geral de Trabalhadores da Função Pública e o Código do Trabalho, os créditos laborais só prescrevem um ano após a cessação do vínculo. Como os 4 técnicos continuam vinculados ao Município de Freixo de Espada à Cinta, o direito aos créditos de 2019 mantém-se totalmente válido e legal. O Executivo não violou a igualdade; limitou-se a aplicar a nova lei de 2024 para o caso recente e, simultaneamente, corrigiu uma injustiça e ilegalidade cometida em 2019 contra 4 trabalhadores internos, repondo o princípio de igualdade salarial e o rigor técnico.” Espero que este caso fique, de uma vez por todas, esclarecido. -----

----- Passamos a mais uma explicação, sobre o documento que trouxe da anterior, da ex-Presidente da Câmara, sobre o arquivamento das atas, da queixa que foi levada a cabo. Dar aqui algumas notas que carecem de alguma explicação. Primeiro, ficou comprovado que os atos praticados não eram corretos, a omissão de atas levada a cabo não fazia qualquer tipo de sentido e isso vem descrito na própria fundamentação que lhe foi depois atribuída. Segundo, em nenhum momento fica fechado, pode ser sempre sujeito a abertura de nova inquirição para repor a verdade dos factos. Terceiro, nunca foi falado em falsificação de documentos. Aquilo que foi falado foi sobre omissão das atas que eram levadas a cabo e que não eram repostas naquilo que é o site do Município e naquilo que é a veracidade levada a cabo. Quarto ponto, dar nota que com este Executivo, desde que passou a liderar funções deliberativas e executivas, aquilo que foi colocado, foi todas as atas na íntegra, na página oficial do Município, bem como implementámos também, quer no anterior mandato e já neste mandato, as gravações das reuniões de Câmara em vídeo, para que todos possam ter acesso àquilo que é o quotidiano do nosso Município. Maior transparência do que esta não haverá. Aliás, acrescento ainda que já no anterior mandato, a própria Assembleia Municipal foi também já objeto de levar a cabo também a transmissão das gravações em vídeo e também as gravações e áudio. Então, recorde também que há um documento que comprova, por parte da Coordenadora que estava afeto aos Recursos Humanos anteriormente no mandato de Maria do Céu Quintas, que foi-lhe dada indicação para apagar todas as gravações das últimas reuniões de Câmara. O que por si só é, de facto, grave. Dar também nota que, com este Executivo, temos estado a trabalhar ao máximo o índice da transparência e que isso tem-se vindo a revelar ao longo dos anos. Recorde que



começámos precisamente, quando entrámos para este Executivo, em 2021, no top 10 pior do país, em mais de 300 Câmaras. Acabámos o mandato na posição 120 a 150 e já neste mandato os indicadores estão, de facto, bastante favoráveis para o nosso Município. Aquilo que pretendemos sempre é trabalhar com a verdade, com a transparência e com a honestidade de chegar toda a informação aos nossos munícipes, sem exceção. E esse processo está, de facto, em andamento, pois o mesmo carece sempre de recurso para poder ser levado a bom porto. -----

----- Dar mais um esclarecimento, uma informação que solicitámos à Associação de Desenvolvimento Douro Superior, uma vez que na última reunião de Câmara foi interpelado o Sr. Vice-Presidente, e bem, sobre a questão da quota a pagar anualmente, e o qual deu explicações que entendia dar e que foi levado a cabo algumas questões e afirmações, nomeadamente acrescentar mais um zero àquilo que seria a sua quota. Três princípios fundamentais: desde logo houve uma reunião prévia com o Município de Freixo de Espada à Cinta, com o seu Executivo, entre a Coordenadora que está a tutelar, neste momento, a Associação de Desenvolvimento Douro Superior, a Dra. Filipa, que veio ao encontro do Executivo para explicar este aumento da quota. Aquilo que transmitimos foi que não poderíamos estar na Assembleia-Geral onde a mesma seria apresentada, mas que estaríamos ao lado dos outros Municípios, que entendiam também levar a bom porto o aumento das quotas. Mas, solicitei-lhe também, que nos fizesse chegar algumas informações, não só para dar nota aos Srs. Vereadores, mas também para o público e para os nossos munícipes em casa, saberem do que é que se trata esta Associação de Desenvolvimento Douro Superior, que faz um trabalho de excelência e que trabalha, em grande parte, com os nossos agricultores em determinadas candidaturas e também com o próprio Município. Passo a citar alguns dos exemplos: “Relativamente à atividade desenvolvida pela Douro Superior - Associação de Desenvolvimento, no Concelho de Freixo de Espada à Cinta, importa destacar os projetos e o seu investimento, riqueza para o território, bem como as ações de dinamização territorial promovidas. No âmbito do PDR 2020, foram submetidas no Concelho de Freixo 26 projetos na medida 10.2.1.1, pequenos investimentos na exploração agrícola até 50.000,00€. Correspondendo ao investimento total de 718.412,05€ e um apoio aprovado de 304.632,25€. Na medida 10.2.1.6, renovação de aldeias, foi submetido um projeto com investimento total de 18.790,80€ e um apoio total de 7.768,54€, tendo como principal objetivo a valorização do espaço Penedo Duro. No âmbito do projeto de cooperação Aldeias de Portugal, a Aldeia



de Poiares foi classificada e integrada na rede nacional, encontrando-se atualmente promovida na plataforma oficial do projeto, juntamente com as restantes aldeias aderentes. Foram igualmente desenvolvidas atividades junto da comunidade escolar, através do projeto Alimentação Saudável e Sustentável no Douro, contribuindo para a sensibilização das gerações mais jovens, para hábitos alimentares equilibrados e para a valorização dos produtos locais, bem como da dieta mediterrânea e a sua importância. No âmbito do projeto de cooperação Queijos de Portugal, a Associação tem promovido constantemente ações de degustação destes produtos durante os certames da Amendoeira em Flor. Já no atual Quadro Comunitário PEPAC, foram submetidas no Concelho de Freixo de Espada à Cinta 8 candidaturas na medida de pequenos investimentos, na exploração agrícola, representando um investimento total previsto de 230.967,18€ e 1 apoio estimado de 120.883,24€, considerando ainda que as mesmas se encontram numa fase de análise. Atualmente encontra-se numa fase inicial, em execução o projeto Douro Empreendedor – Capacitação das Entidades Territoriais que abrange todos os Municípios da CIM Douro e é um projeto em cooperação com a Regia do Douro. Neste projeto já foram realizadas várias ações, também dirigidas à população do nosso Concelho, estando previstas diversas ações futuras de capacitação e apoio ao empreendedorismo local, indo sempre de encontro às necessidades, frequentemente identificadas junto da população, dos agentes económicos. Encontra-se, igualmente em desenvolvimento, o projeto Nordeste Equador de Inovação, que abrange os 13 Concelhos das Comunidades Intermunicipais de Terras de Trás-os-Montes e do Douro. Estes projetos visam promover a inovação social, empreendedorismo, de impacto e criação de soluções inovadoras para os desafios do território. No âmbito deste projeto, já foi promovida uma sessão dedicada ao artesanato que contou com a participação de agentes locais do Concelho de Freixo de Espada à Cinta, constituindo um primeiro momento de desenvolvimento da comunidade nas atividades da incubadora. A Associação tem previsto o agendamento de reuniões de trabalho com o Município, com vista à identificação da oportunidade de desenvolvimento local, à mobilização dos agentes do território e ao planeamento de ações futuras que contribuam para a valorização, dinamização e promoção do Concelho, passivas de enquadramento e desenvolvimento no âmbito dos projetos atualmente em execução”. Dar nota que irá ser levado a cabo também, através desta Associação, uma candidatura conjunta relativamente à Seda. Iremos trabalhar também com os mesmos. E é uma Associação que se reveste de



extrema importância para o nosso Concelho e o qual a Câmara, além de ter regularizado as quotas que tinha em atraso, desde a primeira hora que assumimos funções, temos trabalhado com a mesma de forma inequívoca, sempre na proteção e salvaguarda dos nossos agricultores. Dar aqui por último, um último esclarecimento sobre o CRO, que foi aqui falado e abertamente explicado pelo Sr. Vice-Presidente, mas qual foi a posição do Município em relação à constituição de um CRO. Eu tive oportunidade de pedir ao Sr. Secretário-Executivo as certidões das atas, de qual foi a tomada de posição de Freixo de Espada à Cinta sobre este tema. Passo a citar, “Relativamente às posições assumidas por V. Exa. relativamente a este assunto. Destaca-se, a reunião ordinária do Conselho Diretivo de 10/03/2022, na qual manifestou a sua satisfação pela deliberação de avançar com o projeto intermunicipal sublinhando a importância do mesmo para os Municípios do Douro Superior e, em concreto, para o Concelho de Freixo de Espada à Cinta. Foi ainda realçado que essa decisão constituía um sinal claro de compromisso intermunicipal e de cooperação entre os Municípios associados, permitindo avançar com uma solução estruturante para o território. Reunião ordinária do Conselho Diretivo de 22/01/2025. Perante a impossibilidade de avanço do projeto, nos termos então existentes, V. Exa. tomou igualmente posição no sentido de lamentar que o mesmo não se concretizasse”. E aqui falamos abertamente das verbas que não foram conseguidas e levadas a cabo na sua totalidade, nomeadamente o Município de Foz Côa fez um investimento de mais de um milhão de euros para o seu projeto e estava aqui em causa a colaboração entre o Município de Freixo de Espada à Cinta e o Município de Torre de Moncorvo, à data o Presidente Nuno Gonçalves e eu abordámos a questão de falar em conjunto e fazer uma candidatura entre os dois Municípios, que não se veio a revelar possível, dada a elevada parte financeira que iria caber e que não havia também candidatura que abrangesse todo esse financiamento. Aquilo que o Município de Torre de Moncorvo fez, e bem, foi já avançar por conta própria, nomeadamente na restauração daquilo que já existe, que eles já têm, e que o Município de Freixo de Espada à Cinta tem-se sempre pautado por trabalhar com todos os Municípios e, sabendo nós, que é um problema transversal não só do Douro Superior, mas a todo Portugal. Sobre a última reunião de Câmara, são estas algumas das explicações que trazemos aqui e passamos agora à nossa atividade do Executivo, que passamos então a elencar. -----

----- Foi levado a cabo um passeio de barco pela Comissão de Festas de Ligares, num barco da Congida La Barca. Onde tivemos oportunidade de



os receber no final e também de parabenizar por esta ação que foi levada, mais uma, que foi levada a cabo por esta Comissão de Festas, que se tem revelado bastante dinâmica. -----

----- Foi também, estivemos presentes no Prémio Literário Guerra Junqueiro, Timor-Leste 2024, que foi realizado em Lisboa, na FNAC e tem a palavra a Vereadora Marisa Madeira. -----

----- INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA MARISA MADEIRA. -----

----- Boa tarde a todos. Estive em representação do Executivo Autárquico na FNAC Chiado, na cerimónia de entrega do Prémio Literário Guerra Junqueiro Lusofonia – Timor-Leste 2024, distinção atribuída a Maria Ângela Carrascalão, em reconhecimento pelo seu relevante percurso literário, cultural e cívico, e pelo contributo prestado à promoção da língua portuguesa e dos valores da lusofonia. Na ocasião, tive a honra de intervir em nome do Executivo, destacando a ligação desta homenagem ao legado de Guerra Junqueiro e ao papel da cultura como instrumento de aproximação entre povos e culturas. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Muito bem Sra. Vereadora. Dar nota que estivemos também presentes na celebração religiosa que foi levada no Convento das Carmelitas, sobre os 15 anos de votos religiosos e 8 anos de ordenação sacerdotal do nosso Pároco do Concelho Padre Emiliano. O qual desde já, em nome do Executivo, saudamos e pudemos constatar a enorme adesão por parte de todos os nossos munícipes que quiseram marcar presença neste momento simbólico e de extrema importância, bem como puderam ver in loco aquilo que é a realidade das Irmãs Carmelitas e aquilo que realizam no seu quotidiano, tendo apenas uma autorização para poder estar no exterior.

----- Dar nota também do Dia Mundial da Criança, que foi revestido de extrema alegria, de entusiasmo e de um total empenho por parte do Executivo Autárquico e dos seus funcionários autárquicos, para que nada faltasse neste dia de tão importante para as nossas crianças. Tivemos oportunidade de estar com as mesmas e de valorizar, aquilo que hoje nós temos em Portugal e também em grande parte da Europa, que é a paz e a



sorte que têm em poder celebrar este dia, que, aliás, diga-se de passagem o Dia Mundial da Criança são todos os dias. -----

----- Dar nota também do Jantar de Finalistas, que foi levado a cabo na Quinta do Salgueiro e tem a palavra a Sra. Vereadora Marisa Madeira. -----

----- INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA MARISA MADEIRA. -----

----- Estive presente no Jantar de Finalistas do 9.º ano do Agrupamento de Escolas Guerra Junqueiro, em representação do Executivo Municipal. Foi um momento de grande significado para os alunos, as suas famílias e toda a comunidade educativa. Esta iniciativa assinala uma etapa importante no percurso escolar dos jovens, simbolizando o esforço, a dedicação e as aprendizagens adquiridas ao longo dos últimos anos. A presença da Autarquia neste momento pretendeu reforçar o reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pelos alunos e professores, valorizando o papel fundamental da escola na construção do percurso educativo, pessoal e cívico das novas gerações. Foi também uma oportunidade para partilhar com os finalistas um momento de celebração e de incentivo para os desafios futuros. Reafirmando o compromisso do Município com a educação e com o sucesso educativo dos nossos jovens. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Muito bem. Dar nota que estivemos a convite da CIM Douro presentes nas comissões que integramos, em Vitoria-Gasteiz, numa reunião presencial do grupo de trabalho dedicado à mobilidade cooperativa, conectada e automática, uma das áreas mais estratégicas e inovadoras na transformação dos sistemas de transportes na Europa e que visa, em concreto a nossa CIM Douro, uma vez que está a levar a cabo o concurso dos transportes públicos. Onde o Município de Freixo de Espada à Cinta é a autoridade também de transporte. -----

----- Dar nota também com a CIM Douro, que marcou presença na Turexpo, Silleda, na Galiza, tendo como objetivo potenciar a projeção internacional do Douro como destino turístico e pudemos comprovar que, de facto, vale também apostar neste mercado da Galiza que, de facto, é bastante atrativo para o nosso território. E tivemos a acompanhar, como é



óbvio, o nosso Presidente da CIM Douro, o Presidente da Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães, o Dr. João Gonçalves. -----

----- Dar nota que decorreu no Auditório Municipal, o 4.º Encontro de Bombeiros Transfronteiriço, onde marcou presença o Secretário de Estado da Proteção Civil, Rui Rocha, entre outras entidades e onde foram abordados diversos temas, nomeadamente aquilo que seria o enfoque para os nossos Bombeiros Voluntários. Onde foram abordadas diversas temáticas, tal como os incêndios de 15 de agosto, bem como o apoio aos Bombeiros Voluntários e o pedido formal para que fosse contemplado um camião cisterna para os nossos Bombeiros Voluntários, que fosse corrigido o erro que foi levado a cabo no passado, onde só Freixo de Espada à Cinta ficou fora desse mesmo programa de atribuição de viaturas. Dar nota que também neste Encontro, tivemos oportunidade de falar sobre as obras, aquilo que temos estado a fazer relativamente aos Bombeiros Voluntários e das obras, que já estão em curso, no Quartel dos Bombeiros Voluntários, onde as mesmas já iniciaram a sua transformação com a retirada das viaturas e do Corpo de Bombeiros para o Espaço Multiusos e onde iniciarão já durante esta semana as obras propriamente ditas. -----

----- Dar nota que estivemos presentes em Fornos, no Santo António. Deixar uma palavra de apreço a toda a sua Comissão de Festas pelo trabalho de excelência e empenho que tiveram ao longo deste certame, desta festa e que mantêm vivas as tradições e o empenho que mostraram todos eles e elas para levar a bom porto este Santo António, em Fornos. ----

----- Dar nota do Torneio de Futebol Intercâmaras realizado em Torre de Moncorvo e tem a palavra o Sr. Vice-Presidente Pedro Vicente. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DR. PEDRO VICENTE. -----

----- Boa tarde a todos. A convite da Câmara Municipal de Moncorvo, estivemos presentes num Torneio de veteranos, numa das ações da geminação que tem a Vila de Torre de Moncorvo com Gournay. Fomos nós convidados, foi Vila Nova de Foz Côa, Carrazeda, Torre de Moncorvo e duas equipas. Agradecer à Câmara de Torre de Moncorvo pelo convite e, mais uma das ações que eles desenvolvem de dois em dois anos com esta geminação. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DR. NUNO FERREIRA. -----



----- E também acrescentar que esta geminação que têm com o Município francês demonstra bem a importância que existe destas relações internacionais e também a importância para os nossos emigrantes, quer de Torre de Moncorvo e quer de Freixo de Espada à Cinta, que aí residem nessa zona, que é sempre importante estabelecer esses laços e também mostrar a intermunicipalidade que foi levada a cabo neste Torneio. -----

----- Dar nota da entrega dos prémios do concurso de Ilustração da Amendoeira em Flor e tem a palavra a Sra. Vereadora Marisa Madeira. ----

----- INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA MARISA MADEIRA. -----

----- Assinalámos a entrega das lembranças aos vencedores da 5.ª Edição do concurso de Ilustração – Amendoeira em Flor. Esta iniciativa tem uma grande importância junto das nossas crianças, pois estimula a criatividade e a expressão artística, ao mesmo tempo que promove o conhecimento e a valorização de um dos símbolos mais emblemáticos da nossa terra. Parabenizamos todos os participantes pelo empenho e aos vencedores pelo excelente trabalho apresentado. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Muito bem. Dar nota também do 9.º Encontro das Universidades Seniores do Nordeste Transmontano, que foi levado a cabo em Freixo de Espada à Cinta. Foi considerado um dos melhores, se não o melhor encontro que já foi levado a cabo, quer pelas condições que foram oferecidas a todos os participantes, quer pela organização e quer pela logística. Aqui uma palavra de apreço ao nosso corpo técnico, todos os funcionários da Autarquia, todas as universidades que marcaram presença, sendo um número considerável de quase 400 participantes, que mostrou o que é trabalhar a inclusão e o combate ao isolamento nas idades das universidades seniores, onde puderam mostrar aquilo que melhor fazem, aqui em Freixo de Espada à Cinta. Nomeadamente, da parte da manhã com visitas àquilo que de melhor temos para oferecer na parte cultural, e da parte da tarde com a atuação de cada universidade sénior, que demonstrou aquilo que de melhor fazia, que foi desde a música ao teatro, a encenações e que decorreu extremamente bem. Uma palavra de apreço aos colegas que



marcaram presença de outros Municípios, que fizeram questão de estar presentes em Freixo de Espada à Cinta. -----

----- Dar nota das corridas do Dia de Portugal, 10 de Junho, uma autêntica celebração ao Dia de Portugal, uma manhã de família e onde este ano houve bastantes participantes, tal a par do outro ano, do Concelho, com cerca de 50 a 70 participantes concelhios e que mostrou que a tradição se mantém de celebrar o Dia de Portugal. -----

----- Dar nota também, que neste mesmo dia, estivemos presentes em Mazouco para a inauguração das obras de requalificação do altar da Igreja de Mazouco, presidida pelo Sr. Bispo do Algarve, Dom. Manuel, e também com os Párocos, Padre João Barros e também o Padre Vicente, com a tutela, como é óbvio, do Padre Emiliano que foi levado a bom porto. Aqui uma palavra de apreço à Comissão Fabriqueira, uma palavra de apreço à comunidade de Mazouco, uma palavra de apreço à União de Freguesias de Freixo de Espada à Cinta/Mazouco e à Câmara Municipal, que uniram esforços para conseguir requalificar aquilo que foi inaugurado. -----

----- Dar nota que estivemos presentes também na Feira Nacional da Agricultura de Santarém, tal como todos os anos desde que somos Executivo, mas este ano com uma particularidade, com um dia dedicado a Freixo de Espada à Cinta. Onde tivemos oportunidade de mostrar o que de melhor se faz no nosso Concelho no que aos produtos endógenos diz respeito. Dar nota que, pela primeira vez, a Associação de Municípios do Douro Superior, através de sugestão levada a cabo, realiza lá, realizou aliás, uma vez que já terminou a Feira, precisamente ontem, realizou com o stand a divulgação de todos os Concelhos, sem exceção e onde tiveram oportunidade de passar as mais altas figuras do Estado, desde o Sr. Primeiro-Ministro, ao Sr. Presidente da República e também aos líderes dos diferentes partidos, como é o caso, a título de exemplo, de José Luís Carneiro. Bem como da CCDR-Norte que marcaram presença e com quem tivemos oportunidade de estar, o Vice-Presidente da CCDR, Paulo Ramalho, da área da agricultura. Foi uma excelente adesão, superou uma centena de participantes e vale a pena apostar nos eventos agrícolas, que vai muito em conta aquilo que é o nosso Concelho. -----

----- Dar nota das Marchas Populares do Agrupamento de Escolas Guerra Junqueiro e tem a palavra a Vereadora Marisa Madeira. -----

----- **INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA MARISA MADEIRA.** -----



----- Na passada sexta-feira de manhã assistimos às Marchas Populares realizadas por alunos do Agrupamento de Escolas, uma iniciativa relativamente recente no nosso Concelho, mas que já se afirma como um momento marcante de encerramento do ano letivo. Para além de proporcionar um espaço de convívio e celebração, esta atividade contribui para a valorização e preservação das tradições populares portuguesas envolvendo alunos, comunidade educativa e população. Deixamos os nossos parabéns a todos os participantes pelo empenho e pela excelente atuação que nos proporcionaram. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Muito bem. Palavra de apreço e saudar a comunidade educativa que levou a cabo esta iniciativa e por palco aqui à frente dos Paços do Concelho. -----

----- Dar nota que estivemos presentes em Lagoaça, nas suas festividades de Santo António. Aqui uma palavra de apreço também a toda a Comissão e a todos os envolvidos pelo trabalho de excelência que levaram a cabo e por manterem vivas as tradições. O Município, mais uma vez, se associou a tudo aquilo que é o apoio às festividades de cada Freguesia, já falámos de Fornos e agora da restante União de Freguesias de Lagoaça. -----

----- Dar nota do Torneio de Futebol de Moncorvo, que foi realizado em Moncorvo, nomeadamente nas categorias Petizes, Traquinas, Benjamins e Infantis, e tem a palavra o Sr. Vice-Presidente Pedro Vicente. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DR. PEDRO VICENTE. -----

----- Tal como o Sr. Presidente disse, realizou-se no fim-de-semana do dia 30 de maio e este fim-de-semana 14 e 15, ou 13 e 14 de junho, o Torneio Terra do Ferro em Torre de Moncorvo. Estivemos presentes no primeiro fim-de-semana com os escalões de Petizes e Traquinas e neste segundo fim-de-semana com os Benjamins e Infantis. Apenas, agradecer às crianças pelo excelente desempenho que tiveram, aos nossos Técnicos que acompanharam as crianças e aos pais por todo o apoio que têm dado às crianças ao acompanhar nestes Torneios. -----



----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Muito bem. E é dessa forma que estamos sempre a trabalhar em prol daquilo que é a educação e também a prática da atividade física. Aqui uma saudação especial, reiterando aquilo que já foi afirmado pelo Sr. Vice-Presidente, mas uma saudação especial, embora não fosse das camadas jovens de Freixo de Espada à Cinta, é de Torre de Moncorvo, mas é um freixenista de gema, ao Diogo, que foi considerado o melhor jogador do Torneio e também o melhor marcador, esperemos que tenha uma carreira promissora no futebol, mas que, acima de tudo, se forme como homem e que possa sempre ter os valores daquilo que é o principal de educação e do saber-estar. -----

----- Dar nota do Teatro de final de ano, levado a cabo no Auditório Municipal e onde assinalou aquilo que o nosso Grupo de Teatro levou a cabo para o seu encerramento. Aqui deixar já uma palavra de apreço, em nome do Executivo, a todos os alunos participantes, à Prof.^a Nela, à Prof.^a Nélia e também ao Prof. Rui, que no final deste ano nos deixará e passará a abraçar outro projeto, mas todo o trabalho desenvolvido pelo mesmo ao longo deste tempo é de elogiar. Mas tem a palavra a Sra. Vereadora Marisa Madeira para dar nota do mesmo. -----

----- INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA MARISA MADEIRA. -----

----- Como o Sr. Presidente já referiu, tivemos oportunidade de estar com os nossos alunos da Escola de Teatro, foram 13 meninos do nosso Concelho que estiveram presentes, foi uma noite bastante emotiva, bastante interessante e todos eles estiveram muito bem no desempenho da peça de teatro. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Muito bem. Acrescentar que a peça de teatro teve um fundamental cariz, que foi a parte da reciclagem e mostrar as práticas que devem ser levadas a cabo desde miúdos e desde crianças, que é o lixo. O lixo é de todos e a parte de cada um saber separar e fazer aquilo que é o necessário, desde crianças a adultos, é um bom exemplo. E orgulhamo-nos muito do



nosso Concelho de Freixo de Espada à Cinta de ser um exemplo no que à limpeza diz respeito. -----

----- Por último, da atividade municipal, de algumas questões já aqui elencadas, o projeto Sementinhas do Desporto, que é pioneiro e que foi levado a cabo também desde a última reunião até à presente reunião. Tem a palavra a Sra. Vereadora Marisa Madeira. -----

----- INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA MARISA MADEIRA. -----

----- Gostaríamos de destacar a realização da 1.ª Edição do Super Traquinas – Sementinhas do Desporto, um encontro dirigido às crianças da educação Pré-escolar do Agrupamento de Escolas, do Centro Paroquial e Santa Casa da Misericórdia. Esta iniciativa, inspirada no programa Super Quinas dirigido ao 1.º Ciclo, permitiu proporcionar às crianças mais novas um contacto precoce com a atividade física e com os valores do desporto, promovendo hábitos de vida saudáveis desde tenra idade. Felicitamos todos os envolvidos pela organização e concretização deste evento pioneiro, que esperamos ver crescer nos próximos anos. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Muito bem. Uma palavra de apreço à Prof.ª Nélia Gaspar, que teve a ousadia de levar a cabo esta brilhante ideia dos Sementinhas. -----

----- E, posto isto, da atividade municipal passamos agora aos Srs. Vereadores da Oposição, se querem usar da palavra? Força Sra. Vereadora Daniela. -----

----- INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA DANIELA PEREIRA. -----

----- Boa tarde a todos. Mais uma vez somos confrontados com a alteração da data desta reunião, situação que parece estar a tornar-se um hábito. Confesso que tenho dificuldade em compreender as prioridades do Executivo. Pergunto se o interesse pelo Concelho e pelos assuntos que dizem diretamente respeito aos munícipes continua a merecer prioridade que se exige? Ou se as deslocações e compromissos fora do Concelho passaram a ter maior importância? Não deveria a agenda institucional da



VR

Câmara merecer uma atenção e prioridade especial? Não deveria a presença e o acompanhamento da vida do Concelho ser a prioridade de quem tem responsabilidades executivas? São questões que deixo para reflexão e esclarecimento, em nome do respeito institucional que todos devemos a esta Câmara e à população que representamos. Depois disto, gostaria de questionar dois procedimentos que estão no base.gov. O primeiro é “Aquisição de serviços para implementação de medidas de emergência de apoio e mitigação do impacto de incêndios rurais”, no dia 09/01/2026, pelo prazo de execução de 39 dias, no valor de 38.000,00€. Pergunto, que trabalhos foram realizados? Em que locais do Concelho foram executados? Que resultados foram obtidos? Que avaliação foi feita pelo Executivo relativamente à eficácia destes serviços na mitigação do risco de incêndio? O segundo procedimento é a “Limpeza de bermas de vias municipais”, no dia 03/06/2026, no valor de 19.980,00€ pelo prazo de 92 dias. Pergunto, quais as vias municipais que já foram objeto de intervenção? E quais são as que ainda se encontram previstas limpar? Tendo o contrato tido início a dia 03 de junho, e considerando que estamos a falar de uma intervenção necessária para a segurança rodoviária e para a prevenção do risco de incêndio, não teria sido possível planear e iniciar estes trabalhos mais cedo? Considerando que uma parte significativa da intervenção decorrerá durante os meses de maior risco de incêndio e se prolonga até ao final do verão, quais os fatores que justificaram o início dos trabalhos, apenas nesta data? E que medidas estão previstas para garantir que as zonas de maior risco sejam intervencionadas atempadamente? Por fim, gostaria de perguntar sobre o requerimento escrito, que eu fiz no dia 18 de maio, sobre o pedido de consulta do processo da operação do programa CLDS 5G? E é só por agora. -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DR. NUNO FERREIRA.** -----

----- Muito bem. Sr. Vereador quer usar da palavra? Força. -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ANTÓNIO MORGADO.** -----

----- Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara, Vice-Presidente, Vereadoras, Chefes de Divisão e Chefe da Unidade Orgânica, caros colegas e colaboradores do Município. Deram-me conhecimento de um post que



circula nas redes sociais do Partido Socialista e assinado pelo Sr. Nuno Ferreira. E eu estive com atenção a ler essa publicação e gostaria de fazer algumas considerações, já que a mesma tece considerações diretamente dos Vereadores do PSD e fala em transparência e ilusão. Antes de mais, quero dizer que fico satisfeito por verificar que o Partido Socialista local continua a defender a transparência, a divulgação das reuniões e o acesso dos cidadãos à informação, é uma posição com a qual concordo plenamente. Aliás, é precisamente por acreditar na transparência que intervenho nas reuniões de Câmara, que analiso os documentos que nos são distribuídos e que coloco as questões que entendo serem de interesse dos munícipes, procurando exercer a fiscalização que a Lei atribui aos Vereadores da Oposição. Contudo, há algo que não posso deixar passar. Ao longo da publicação, volta a surgir a ideia de que a Oposição procura iludir os cidadãos. Ora, essa acusação é tão repetida quanto infundada, permitam-me esclarecer uma coisa. Questionar não é iludir. Questionar por que razão um determinado processo demorou mais de um mês a chegar a uma reunião de Câmara não é iludir. Questionar quais os critérios utilizados para atribuir apoios financeiros não é iludir. Questionar o valor gasto em determinadas iniciativas ou atividades municipais não é iludir. Questionar procedimentos administrativos, opções políticas ou despesas públicas não é iludir. Tudo isto faz parte daquilo que é a função de qualquer Vereador eleito. Aliás, se há algo que verdadeiramente fortalece a democracia local, é precisamente a existência de perguntas, de contraditório e de escrutínio. A ideia de que a Oposição apenas deve ouvir, concordar e votar, não é compatível com aquilo que eu entendo ser o exercício de um mandato autárquico. Da mesma forma, se tudo estivesse tão claro e tão esclarecido, provavelmente não existiria necessidade, por parte do PS local, de elaborar post's nas redes sociais com tantas explicações, logo após os esclarecimentos dados nas reuniões de Câmara, mas deixo esta interpretação à consideração de cada cidadão. Relativamente aos assuntos concretos abordados, mantenho exatamente as mesmas posições que expressei em reunião de Câmara. Quando questionei o apoio à Comissão de Festas de Mazouco, não coloquei em causa a iniciativa nem as tradições locais. Questionei o enquadramento administrativo do processo e a forma como o Município está a tratar situações desta natureza. Quando questionei o aumento da quota da Douro Superior – Associação de Desenvolvimento, não critiquei a Associação, nem votei contra a proposta, pelo contrário, votei favoravelmente e apresentei uma declaração de voto porque entendi que era importante reconhecer o trabalho desenvolvido por esta Associação. O que



é questionável é simples, como é que um aumento de 500,00€ para 5.000,00€ é aprovado sem que nenhum elemento do Executivo tenha estado presente na Assembleia, onde essa decisão foi tomada, ficando sem conhecimento dos fundamentos concretos apresentados para tal aumento? Penso que são perguntas legítimas de serem feitas. Da mesma forma, quando falei dos animais errantes, não coloquei em causa a competência e o profissionalismo da Médica Veterinária, nem do Enfermeiro Veterinário. Aliás, reconheço o trabalho que ambos desenvolvem. O que defendi foi que o Município deve aproveitar os programas de financiamento atualmente disponíveis para reforçar as respostas nesta área. Particularmente no controlo de colónias de gatos, na esterilização e no apoio às famílias mais carenciadas que possuem animais de companhia. Também aqui não vejo onde está a ilusão. Vejo apenas preocupação com um problema real que existe no Concelho. Quanto ao restante, deixo aos munícipes a tarefa de assistir às reuniões e formar a sua própria opinião. Não preciso que ninguém interprete as minhas palavras por mim, nem tão pouco que as deturpe. Aquilo que digo nas reuniões está gravado, é público e pode ser ouvido por qualquer cidadão. Continuarei por isso a fazer aquilo para que fui eleito, que é analisar, questionar, fiscalizar e exigir esclarecimentos. Sem receio de colocar perguntas, sem ofensas, sem necessidade de criar inimigos e sem confundir fiscalização democrática com ataque pessoal. Afirmo que, numa democracia local saudável, o problema nunca está em quem pergunta, o problema surge quando as perguntas passam a incomodar mais do que as respostas e tentam transformar perguntas legítimas em polémicas para evitar discutir o seu conteúdo. Mas uma coisa garanto, enquanto tiver a confiança dos cidadãos continuarei a exercer o meu mandato com independência, frontalidade e respeito por todos, incluindo aqueles que pensam de forma diferente da minha. A democracia não se fortalece quando todos concordam, fortalece-se quando existe liberdade para questionar-se sem pressões e opções. Há, no entanto, uma questão que não posso deixar de referir, ao longo das últimas reuniões de Câmara foram colocadas várias perguntas concretas, objetivas e perfeitamente quantificadas, algumas das quais continuam sem resposta clara e sem resposta de todo, ou sem resposta de todo, peço desculpa. Entre elas estão, qual o valor gasto em aluguer de máquinas de rasto no dia do grande incêndio de agosto de 2025? Qual foi o custo total da participação do Município na Feira de Nanterre? Qual foi o valor gasto na aquisição de produtos endógenos levados para essa Feira? Qual foi a receita obtida com a venda desses produtos endógenos? Quantas pessoas entraram ao serviço



do Município, desde a tomada de posse deste Executivo, através de prestação de serviços, quer seja por avença, jorna ou contrato de prestação de serviços? Estas não são perguntas ideológicas, não são ataques pessoais e nem são tentativas de criar polémica. São perguntas objetivas sobre gestão de recursos públicos. E quando se afirma que tudo foi respondido e esclarecido, penso que os cidadãos têm o direito de saber uma resposta concreta, completa e documentada, situação que não se observa nos vídeos das reuniões de Câmara. A verdade é que a transparência não se mede pelo número de publicações feitas nas redes sociais. A transparência mede-se pela disponibilidade para responder de forma clara, objetiva e verificável às questões que são colocadas. Acresce ainda um ou outro facto que considero relevante. Para além das questões colocadas em reunião de Câmara, foi igualmente apresentado um requerimento verbal na reunião de Câmara de 08 de maio, ao abrigo dos direitos legalmente atribuídos aos eleitos locais e do estatuto de Direito de Oposição, solicitando acesso à documentação municipal, nomeadamente às folhas de processamento das remunerações dos colaboradores do Município desde outubro de 2025, 2021, peço desculpa, até agora e aos extratos de cartão de crédito do Município e respetivos documentos de suporte de despesa desde outubro de 2021 até agora. O Sr. Presidente até sugeriu também pedir a mesma documentação dos Executivos anteriores, sugestão que eu aceitei. Hoje tivemos resposta a esta solicitação, há bem poucos minutos o Sr. Presidente falou. Óbvio que temos conhecimento da Lei do RGPD e nunca a colocámos em causa, e se o fizemos, assumimos essa responsabilidade e as suas consequências. Mas eu recorro que, ainda há bem pouco tempo, neste local, numa reunião que não era pública, foi dado a conhecer valores recebidos por um particular e, nesse dia, pelos vistos, a Lei do RGPD já não se aplicou. Também temos conhecimento de que o que está em causa são dinheiros públicos e a sua fiscalização por parte dos Vereadores da Oposição. Sobre isso, fica já a saber, sobre o assunto, fica já a saber que a razão da consulta, ou o pedido de consulta, está a fiscalização da aplicação de dinheiros públicos e se pretende o requerimento por escrito, informo-o que muito em breve o irá receber. Contudo, quando se faz da transparência uma bandeira política permanente, parece-me legítimo recordar que a transparência não se esgota em discursos, publicações ou transmissões das reuniões. A transparência também se mede pela forma como são prestados esclarecimentos, pela rapidez como se responde aos pedidos efetuados e pela disponibilidade para facultar a documentação necessária ao exercício das funções de fiscalização dos eleitos. E é precisamente por acreditar na transparência que



 continuarei a solicitar informações, documentos e esclarecimentos sempre que considero que os mesmos são relevantes para o exercício do mandato que os cidadãos me confiaram. Tenho dito. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Muito bem. Passarei então a dar alguns esclarecimentos em nome da transparência, quer às questões suscitadas e quer também às afirmações evocadas. Além de que, no início desta reunião, tivemos oportunidade de responder a grande parte daquilo que já afirmaram aí nas vossas intervenções, mas passamos então aos factos daquilo que aí afirmaram. ----

----- Sobre a alteração da data da reunião de Câmara, já foi aqui diversas vezes afirmado que seguimos e protelamos aquilo que a Lei assim o diz, tal como o nosso Regimento e a Lei nacional. E sempre que há uma alteração da reunião de Câmara, prende-se com agendas do Executivo de funções autárquicas de trabalho e não de vidas pessoais de nenhum de nós. Aliás, recordo que a última reunião de Câmara foi levada a cabo pelos membros do meu Executivo, quer pelo Sr. Vice-Presidente, quer pela Sra. Vereadora, eu próprio não estive presente, uma vez que estava a usar o meu período de férias de alguns dias, não foi por isso que adiámos a reunião. Adiámos sim a reunião, tal como tivemos oportunidade de explicar no início desta reunião, pelos motivos que já elencámos. Por isso, da nossa parte, todos os esclarecimentos prestados em relação à alteração da reunião e até temos sempre cuidado, devemos ter, que assim o fazemos, através dos nossos serviços técnicos, de telefonar e enviar a correspondência necessária para a alteração da reunião. Nunca esse dado ficou por fazer e realizar. Por isso, é um assunto que está completamente esclarecido e tornamos a falar sobre o mesmo, para esclarecimento, sobretudo, daqueles que estão no nosso Concelho de Freixo de Espada à Cinta e que são os nossos munícipes que merecem todo o nosso respeito. -----

----- Sobre a questão dos assuntos de interesse do Concelho que a Sra. Vereadora afirmou e sobre a vida do Concelho ser uma prioridade e não a sua ausência. Eu não sei de quem é que está a falar, de nós, não é de certeza, nem do nosso Executivo. Nós fazemos questão, os três elementos do Executivo, de marcar praticamente presença em todas as ações do nosso Concelho. Fazemos questão de debater sobre todos os assuntos inerentes ao nosso Concelho, seja na parte agrícola, seja na parte financeira, seja na parte da habitação, seja na parte da educação, seja na parte do



empreendedorismo, seja na parte turística, temos levado a cabo sempre esse propósito. E, aliás, os números assim falam por si, bem como tudo aquilo que é estritamente necessário naquilo que se acabou, que era a estagnação que vínhamos a ter do passado, que muitas vezes não gosta de falar, mas afinal depois gosta, e para aquilo que é o dinamismo e o desenvolvimento implementado desde 2021 até à presente data e que foi expresso, mais uma vez, nas eleições de 2025 pela maioria dos nossos munícipes. O que isso já passou, neste momento trabalhamos em prol de todos os munícipes, sem exceção e com total interesse na vida do nosso Concelho. Por isso, sobre esse aspeto, não é de nós de todo que está a falar. -----

----- Sobre a questão do procedimento de incêndios rurais, trabalhos realizados em mitigação dos riscos de incêndio. O Sr. Eng. Amadeu quer usar da palavra sobre isto? -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR CHEFE DA UNIDADE ORGÂNICA ENG. AMADEU RODRIGUES.** -----

----- Sim, se me permitir. -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DR. NUNO FERREIRA.** -----

----- Muito bem, pode usar da palavra, dar só aqui duas notas. Eu já aqui falei sobre isto, é uma questão de estarmos apenas atentos, prendeu-se com uma candidatura do ICNF, aquando daquilo que foi a complementação de quase cerca de 50 a 60.000,00€ que se conseguiu alocar para uma candidatura, que visa precisamente isto e que tem o tempo estipulado para o exercício da mesma. Os trabalhos já foram iniciados, grande parte já foi fiscalizado pelos próprios Técnicos do ICNF, que está a ser levado a bom porto e aquilo que se pretende é, de facto, devolver cada vez mais condições àquilo que é a intervenção sobre este procedimento. Mas tem a palavra o Eng. Amadeu. -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR CHEFE DA UNIDADE ORGÂNICA ENG. AMADEU RODRIGUES.** -----

----- Muito obrigado Sr. Presidente. Relativamente a estas medidas, este contrato de programa de medidas de instalação de emergência e apoio e mitigação do impacto dos incêndios rurais, os trabalhos são visíveis na



parte norte da aldeia de Mazouco, até àquela encosta que foi intervencionada. Pode-se adiantar, porque estava determinado no contrato de programa, é a regularização de 1 km de rede viária seguida ou interpolada, portanto, com necessidade de intervenção, fazer estabilização de emergência naquela encosta em 28 ha contínuos ou descontínuos, portanto, com criação de barreiras nesses mesmos locais pela entidade que está a fazer a execução desses trabalhos e também pequenas obras de correção hidráulica, nomeadamente, na rede hidrográfica que se prende com 17 pontos que também foram executados. Relativamente ao trabalho do Município, o trabalho do Município foi lançar, portanto o concurso, fazer o contrato e, posteriormente, esses trabalhos serão controlados e verificados, como disse o Sr. Presidente e bem, pelo Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, mediante, portanto, a faturação que é apresentada pela entidade que está, ou que executou esses mesmos trabalhos. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Muito bem. Obrigado Sr. Engenheiro, vai de encontro àquilo que já tinha afirmado e algumas dessas intervenções já foram, de facto, fiscalizadas no terreno. -----

----- Dar também nota sobre o segundo procedimento que falou, da limpeza de bermas das vias municipais. É algo que nos preocupa e que temos tido sempre o cuidado de trazer tudo extremamente impecável, no que às vias municipais diz respeito, com a colaboração de todos. Dar também nota que este ano é um ano atípico, não só em Freixo de Espada à Cinta, mas em vários Concelhos, nomeadamente ao crescimento da erva, com o tempo a estar completamente alterado e a haver sítios que já foram cortados três e quatro vezes, mas que não será por isso que deixamos de fazer as intervenções necessárias. Mas para lhe dar especificidade daquilo que questionou, passo a palavra ao Sr. Vice-Presidente e, aconselho-a numa próxima intervenção desse cariz, que envie atempadamente, tal como o Regimento o supõe, aquilo que quer ver respondido nesta reunião, relativamente a esses pontos. Mas, de qualquer forma, nós damos resposta com total transparência, quais são os pontos que estão a ser intervencionados? Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente. -----



----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DR. PEDRO VICENTE. -----

----- Relativamente a este contrato que a Sra. Vereadora está a falar. Este contrato prevê a limpeza das bermas da estrada municipal que faz ligação de Lígares ao cruzamento do Candedo, do cruzamento até ao final do Candedo e do outro troço de Lígares até Barca de Alva. Penso que são, à volta de, contabilizando os dois lados, são à volta de 40 km e penso, pelo menos de Lígares até ao cruzamento do Candedo, sei que já está executado, do Candedo para baixo, penso que andam a executar, mas isso é limpeza de bermas, que são os dois metros, dois metros e meio, desde a margem. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Está no contrato. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DR. PEDRO VICENTE. -----

----- É está, na parte lateral. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Muito bem. Dar também aqui mais algumas notas, sobre também houve prorrogação de prazo por parte do Governo, tal como têm conhecimento, e também dar nota da nossa Proteção Civil, que em conjunto com o Gabinete Florestal e com todas as entidades envolvidas, quer com as Juntas de Freguesia e também com tudo o que é a parte necessária, quando é os Bombeiros que são solicitados, têm procedido à limpeza de determinadas áreas com bastante especificidade. -----

----- Sobre o programa CLDS, penso que isso já foi respondido e já teve oportunidade de consultar. -----

----- Sobre a questão do Sr. Vereador António Morgado, algumas das questões e afirmações levadas a cabo. Sobre se a Oposição procura iludir os cidadãos, questionaram não é iludir. Não, bem pelo contrário, a Oposição deve fazer o seu papel, que deve entender de o fazer, mas sempre com total transparência, aquilo que não pode acontecer, no nosso entendimento, não



no vosso, é que, efetivamente, nas reuniões de Câmara é levada a cabo tudo aquilo que são as vossas questões, é respondido e depois é colocado nas redes sociais do Partido Social Democrata, que quem gere saberá o porquê que o faz e nada a apontar, e daí haver necessidade sempre de, além do vídeo que explica tudo na íntegra da parte do Município. Aliás, quando é no Município apenas é colocado o vídeo, não tecemos nenhuma considerações, na página do Partido Socialista há, de facto, uma explicação sobre alguns pontos que vêm referidos, que é para que não haja nenhuma ilusão, ou nenhuma omissão sobre aquilo que foi dito, que foi debatido e que foi respondido. -----

----- Sobre os post's do PSD local, ficou já esclarecido. -----

----- Sobre Mazouco, o seu enquadramento administrativo, sobre aquilo que foi levado a cabo, já respondemos anteriormente e também tivemos oportunidade de clarificar que, apenas é atribuído esse mesmo processamento, se apresentarem os factos e as provas, foi isso que foi referido pelo Sr. Vice-Presidente na última reunião, se a memória não me falha. -----

----- Sobre o aumento da quota da Associação e que apresentou uma declaração de voto. Todos tivemos oportunidade de ver a própria reunião e tirar as nossas elações. Foi também já explicado nesta reunião tudo aquilo que decorreu anteriormente, e o porquê de não estarmos na Assembleia Geral, não era isso que seria impeditivo de votarmos a mesma favoravelmente e tudo aquilo que já foi aqui elencado, estranhámos até que tenha voltado a afirmar, mas penso que já teria isso escrito anteriormente, mas no início da reunião já foi afirmado e foi respondido a tudo isso, de todo o trabalho que é levado a cabo por parte da Associação. Aí um ponto em comum é que, de facto, da nossa parte a Associação está a levar a cabo um trabalho importante no que ao nosso Concelho diz respeito, foi explicado tudo aquilo que se deveu o aumento dessa mesma quota e a solidariedade que existe por parte do Município de Freixo de Espada à Cinta em relação aos outros Concelhos e à própria Associação, tendo em vista a proteção e a promoção da nossa agricultura do Concelho, bem como aquilo que sanámos de dívidas anteriores que herdámos do anterior Executivo, relativamente a esta Associação. -----

----- Sobre como é o aumento, isto já respondi.-----

----- Sobre o Gabinete Veterinário, estas considerações que voltou a tecer, já foram dadas todas as explicações, também todas as afirmações que fomos levando a cabo com dados concretos sobre o que é que leva a cabo o



VR

nosso Gabinete Veterinário e o orgulho que temos em ambos, nada mais a apontar sobre isso. -----

----- Se as perguntas passam a incomodar mais do que as respostas. Bem pelo contrário, aquilo que nós nos pautamos é por responder a tudo sempre com total transparência, com total serenidade e, acima de tudo, com o intuito de esclarecer, quer os Srs. Vereadores, mas, sobretudo os nossos munícipes que assistem às nossas reuniões de Câmara e que assistem, sobretudo ao trabalho do quotidiano que este Executivo leva a cabo, juntamente com os seus funcionários da Autarquia e com o desenvolvimento que é implementado dia após dia. -----

----- O respeito por todos. Comungo completamente dessa opinião, é assim que o fazemos. Não utilizamos nenhuma expressão faciais quando estamos em reunião de Câmara. Aquilo que respeitamos é as vossas intervenções, tal como vocês, estou certo, que respeitam as nossas intervenções. Podemos discordar num ponto ou noutro, são pontos de vista extremamente diferentes, mas que são legítimos de os ter na reunião de Câmara. Aquilo que nos compete é esclarecer e elucidar, no bom sentido da palavra e, acima de tudo, afirmar aquilo que é o trabalho em prol do nosso Município. -----

----- Sobre as perguntas que levou a cabo, novamente, sobre os incêndios, a Feira de Nanterre, quantas pessoas entraram e não entraram. Já tivemos oportunidade de abordar esses mesmos temas anteriormente. -----

----- E sobre a transparência, não se mede com post. Realmente não se mede com post, mede-se com ações, com levar a cabo aquilo que é necessário para a transparência municipal, com os conteúdos que são colocados, quer nas redes sociais do Município, quer no site do Município, quer com as ações que hoje em dia o nosso Município tem orgulho de facultar toda e qualquer informação que nos é pedida, seja por parte do cidadão comum, seja por parte dos Vereadores, seja por parte da comunicação social, seja por parte de institutos como o IGF que solicitam documentação, seja por parte da DGAL e sempre sem qualquer omissão, bem pelo contrário, pautamo-nos pela transparência e temos estado a trabalhar para que, de facto, não se repita em Freixo de Espada à Cinta aquilo que foi o passado onde Freixo de Espada à Cinta figurava, nos mandatos do anterior executivo PSD, no top 10 dos piores Municípios transparentes a nível nacional. Aquilo que temos estado a trabalhar é para melhorar esse mesmo ranking, já o melhorámos no primeiro mandato e esperamos melhorar ainda mais neste mandato, apontando ao top 50, top 30, para estarmos presentes com o Município de Freixo de Espada à Cinta



e, acima de tudo, para não só falar sobre transparência, mas para praticarmos, como temos vindo a praticar todos os dias, a transparência no nosso Município. -----

----- Sobre o requerimento, já aqui foi respondido logo no início da reunião, teve oportunidade também depois de o afirmar, e sobre aquilo que afirmou, também recordar aqui que os Vereadores têm todo o direito, sejam com pelouros ou sem pelouros, de questionar aquilo que bem entenderem, mas também têm os deveres que a Lei assim o obriga e é isso que nos compete. Todos nós temos direitos, mas também temos, acima de tudo, deveres para levar a cabo e saber o que é institucionalmente estar naquilo que é a nossa posição. Daí haver direitos, mas também haver deveres de todos e para todos. -----

----- Voltou a referir que a transparência não se mede pela forma como são prestados os esclarecimentos. Aquilo que se mede é com ações, que é aquilo que estamos a levar a cabo sempre. O tempo de, “é o que está aí”, “não tenho nada a dizer” e não tem direito sequer a poder consultar os processos, ou as propostas que eram levadas a cabo e de ficarem completamente na gaveta, esse tempo já lá vai. -----

----- Se irão sempre continuar a questionar. Fazem muito bem, nós estamos cá para responder àquilo que entendemos que é fulcral e fundamental para o esclarecimento público e sempre que formos solicitados, cá estamos, tal como também para questionar os Srs. Vereadores, sempre que assim o entendermos e também esclarecer. E penso que é só. -----

----- De qualquer forma, dar nota se ainda querem usar da palavra neste período? -----

----- INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA DANIELA PEREIRA. -----

----- Eu tenho aqui um novo requerimento, só alterei a data, é o mesmo requerimento que entreguei em maio. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Eu estou a questionar se quer usar da palavra? -----



----- INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA DANIELA PEREIRA. -----

----- Não, só quero entregar o requerimento. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Muito bem, no final entrega o requerimento e dá-se entrada, está bem? Não havendo mais nada. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ANTÓNIO MORGADO. -----

----- Sr. Presidente se me permitisse, relativamente, falou aí. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Quer usar da palavra Sr. Vereador? -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ANTÓNIO MORGADO. -----

----- Sim, se me permitisse. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Força. Sim, sim, força. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ANTÓNIO MORGADO. -----

----- Falou ao início, aí de uma queixa, sobre as senhas de presença para o IGF da tomada de posse, eu só lhe quero informar o seguinte, deixe-me só consultar aqui que é para que não haja dúvidas, quando foi o processamento das senhas de presença, nós, como é prática do Município, recebemos em casa o recibo dessas senhas de presença e eu, ao consultar,



fiz questão de enviar para o email geral da Câmara e, especificamente, para o email da Dra. Andreia Bento, que na altura era a Chefe de Divisão, se não estou em erro, estamos a falar dia 07 de janeiro, um pedido de esclarecimento relativamente às senhas pagas. Ao qual a Dra. Andreia Bento me respondeu, muito prontamente, no dia 09 de janeiro e disse-me que o valor recebido correspondia às senhas dos dias em concreto. Eu voltei, no dia 12 de janeiro, enviar um email que diz o seguinte, “No seguimento dos emails anteriores e peço desculpa pela ignorância, não temos direito à senha de presença da Assembleia da tomada de posse”. Bom, isto foi dia 12 de janeiro de 2026, até ao dia de hoje ainda não tive resposta a este email. Por isso, parece-me de todo, visto que os serviços da Câmara, na altura especificamente a Chefe de Divisão, a Dra. Andreia Bento, não me respondeu, seria de todo, da nossa parte seria óbvio que iríamos pedir um esclarecimento, já que os serviços não nos deram, pedimos a outros e, nada melhor que o IGF para nos dar esse esclarecimento. Por isso, a situação não foi despropositada, não foi desproporcional e bem sabemos que, se não se praticava aquilo que era correto no Município, que se iria a praticar a partir do momento em que se soubesse que era o correto e é aquilo que se acabou de fazer, foi praticar aquilo que é efetivamente o correto. Agora, não diga que foi despropositado aquilo que nós fizemos, porque não foi. Nós tivemos o cuidado primeiro de alertar o Município e os serviços, é óbvio que se não chegou ao Sr. Presidente esse email, o email foi para o geral da Câmara, dia 12 de janeiro, se quiser apontar. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Muito bem. Passo então a dar alguns esclarecimentos sobre este ponto e depois passaremos à ordem do dia. Dar nota sobre as afirmações levadas a cabo pelo Sr. Vereador, que, pronto, ficámos a perceber que foram os Senhores que fizeram a queixa ou o esclarecimento para o IGF, como aquilo que assumiram agora. Dar nota também que tivemos já aqui oportunidade e teve oportunidade de referir que em 07 de janeiro mandou um email e em 09 de janeiro foi prontamente respondido, aquilo que a Sra. Chefe de Divisão, à data, respondeu foi na base daquilo que os serviços a informaram, nomeadamente, as práticas que eram levadas a cabo e que já tive aqui oportunidade de referir, e torno aqui a citar apenas este ponto, “Verificou-se de forma inequívoca que nas reuniões de instalação dos



Handwritten signature and initials 'w2' in blue ink.

mandatos autárquicos de 2013, 2017 e 2021, o procedimento adotado pelos serviços do Município foi rigorosamente idêntico. Em nenhuma dessas tomadas de posse anteriores foram abonadas senhas de presença aos Vereadores em regime de não permanência”. Ou seja, era uma prática que era levada a cabo, contudo, não é isso que nós temos que praticar, a partir do momento que nos são pedidos esclarecimentos. Aquilo que foi levado a cabo foi, de facto, o assumir de repor a legalidade daquilo que é. E como confiamos totalmente nos nossos serviços, aquilo que nos limitámos a fazer foi seguir as práticas que anteriormente eram tidas. Aliás, o Sr. Vereador, em outras funções, saberia também que na parte da contabilidade era assim que procediam relativamente às senhas de presença e quem também dava essa mesma indicação. Por isso, sobre isto total esclarecimento sobre aquilo que foi aqui afirmado e eu próprio, quando fui Vereador da Oposição, não recebi nenhuma senha de presença e estou certo que em 2013 também o Vereador da Oposição José Santos e Pedro de Sá Mora também não receberam nenhuma senha de presença aquando da tomada de posse, que é aquilo que se pôde constatar pela auditoria que foi levada a cabo pelos serviços internos e que a própria Chefe de Divisão tem com ela. Contudo, aquilo que nós aqui referimos, é precisamente sanar essa mesma questão, já foi respondida no início e que demos resposta ao IGF, tal como damos a todas as entidades, para levar a bom porto aquilo que é total transparência deste Município e a boa vontade de transparência é tanta, que aquilo que fizemos foi o que foi feito em todos os mandados, mesmo quando tomámos posse em 2021, a informação que nos foi dada, limitámo-nos a prestar exatamente o mesmo procedimento. Ainda bem que fica sanada. Agora, aquilo que eu já pedi para verificar à Sra. Chefe de Divisão, não tem a ver convosco, tem a ver com os Vereadores da Oposição anteriores, para verificar no parecer jurídico se têm ou não têm lugar, uma vez que já passou algum tempo, ao pagamento dessas mesmas senhas de presença. O montante que seja alocado a cada um, se é de direito, é de direito, isso para nós é completamente sagrado. Daí este Executivo ter levado a cabo algumas reposições daquilo que se verificava injusto, como foi o caso das mobilidades. E sobre este ponto é tudo. -----
----- Passamos então agora à ordem do dia. -----

ORDEM DO DIA



----- **RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA:** - A Câmara Municipal tomou conhecimento da existência de fundos através do resumo diário de tesouraria do dia doze de junho do ano dois mil e vinte e seis que acusa o saldo disponível de: -----

Dotações Orçamentais – Oitocentos e trinta e sete mil, duzentos e cinquenta e seis euros e dezasseis cêntimos. -----

Dotações não Orçamentais – Quarenta e sete mil, cento e trinta e nove euros e oitenta e sete cêntimos. -----

ATA: Aprovação da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia vinte e nove de maio do ano dois mil e vinte e seis. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por maioria com uma abstenção, aprovar a ata da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia vinte e nove de maio do ano de dois mil e vinte e seis, dispensando-se a sua leitura em virtude de a mesma ter sido distribuída previamente a todos os membros do Executivo. -----

----- O Senhor Presidente Dr. Nuno Manuel Rocha Gomes Ferreira absteve-se em virtude de não ter participado na reunião a que a mesma se reporta. -----

01 – COMPETÊNCIA EXCECIONAL – DECISÕES

----- **ALTERAÇÕES ORÇAMENTO DA DESPESA / PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS / PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS ANO: 2026 – TOMADA DE CONHECIMENTO:** Foi presente para tomada de conhecimento a alteração permutativa n.º 5 do orçamento da despesa, a alteração permutativa n.º 4 do plano de atividades municipais e a alteração permutativa n.º 3 do plano plurianual de investimentos para o ano de dois mil e vinte e seis, e que aqui se dá por integralmente transcrita ficando um exemplar da mesma arquivado na pasta anexa ao livro de atas. -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DR. NUNO FERREIRA.** -----



----- Não sei se querem usar da palavra de qualquer forma? Quer usar? Força, claro que sim. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ANTÓNIO MORGADO. -----

----- Nesta alteração orçamental, alteração permutativa, vê-se mais uma vez que houve o retirar de dotação, ou diminuição de dotação da despesa de capital e alocar esse valor a despesa corrente. Isto significa que, o investimento inicialmente previsto vai diminuir e que está-se a afetar esses recursos que criam valor, que criam património, à despesa corrente, pronto. Volto a alertar, penso que a regra do equilíbrio orçamental esteja salvaguardada, apesar de aqui no documento não dizem nada. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Quer usar da palavra Sra. Chefe de Divisão sobre este ponto? -----

----- INTERVENÇÃO DA SENHORA CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DRA. CARLA VICTOR. -----

----- Posso informar que, são tidos todos os cuidados da parte da contabilidade e cumpre-se na íntegra o que a Lei impõem. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Muito bem. E sobre a questão das rubricas, de alteramento, é aquilo que é levado a cabo nos diferentes mandatos por parte dos Executivos, sempre que assim o entendem que deva ser alterado. Passamos ao próximo ponto. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento das alterações supramencionadas. -----

----- CONCURSO PÚBLICO PARA CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO DO BAR DA PRAIA FLUVIAL DA CONGIDA – ADJUDICAÇÃO E APROVAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL EM

Handwritten signature and initials



SITUAÇÃO DE URGÊNCIA – RATIFICAÇÃO – VOTAÇÃO: Foi presente para efeitos de ratificação o despacho proferido pelo Excelentíssimo Senhor Presidente no dia 08 de junho de 2026, o qual determina a aprovar o Relatório Final do procedimento apresentado pelo Júri do concurso; proceder à Adjudicação da “Concessão da exploração do Bar da Praia Fluvial da Congida” à concorrente Maria de Lurdes Roxo Portela, nas condições constantes da sua proposta e do Relatório Final; notificar a concorrente adjudicatária da decisão de adjudicação, solicitando-lhe que, no prazo de 6 dias seguidos, proceda à apresentação dos documentos de habilitação exigidos no Programa do Procedimento, em conformidade com o proposto pelo Júri e previsto no Edital; notificar a concorrente adjudicatária da Prestação da garantia de €1.000,00, a título de caução, conforme previsto nas peças do procedimento de concurso, para garantia do exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais; notificar os restantes concorrentes do teor do Relatório Final e do presente despacho de adjudicação; submeter o presente ato a ratificação da Câmara Municipal na sua primeira reunião ordinária subsequente, conforme imperativo legal estabelecido no n.º 3 do citado artigo 35.º da Lei n.º 75/2013 e, que aqui se dá por integralmente transcrita ficando um exemplar do mesmo arquivado na pasta anexa ao livro de atas. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Tiveram oportunidade já de verificar, mas eu passo então a falar sobre o mesmo. “Concurso Público para Concessão da Exploração do Bar da Praia Fluvial da Congida – Adjudicação e Aprovação do Relatório Final – ratificação. Considerando que: Por deliberação da Câmara, Municipal de 08/05/2026, foi aprovada a abertura do procedimento concursal, as respetivas peças (Programa do Procedimento e Caderno de Encargos) e a nomeação do Júri do concurso; O Júri do Procedimento procedeu à análise das propostas recebidas e notificou os concorrentes para efeitos de audiência prévia; Decorrido o prazo legal, o Júri elaborou o Relatório Final datado de 05 de junho de 2026, na qual propõe, por unanimidade, a adjudicação do objeto do procedimento à concorrente Maria de Lurdes Roxo Portela, pelo valor anual de € 5.560,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, por ter apresentado a proposta qualitativamente mais vantajosa; Nos termos do artigo 76.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), compete ao órgão competente para a decisão de contratar (neste caso, à



Câmara Municipal) a prolação do ato de adjudicação; Dada a natureza do objeto do contrato – concessão do bar de apoio a uma praia fluvial – e encontrando-nos em pleno mês de junho, data coincidente com o arranque oficial da época balnear, reverte-se de extrema urgência e interesse público a rápida conclusão do procedimento e a respetiva abertura do espaço para servir os munícipes e visitantes; A demora na decisão até à próxima reunião de Câmara prejudicaria o interesse público, bem como a atividade económica e turística do local. No uso da competência que me é conferida pelo disposto do n.º 3 do artigo 35.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro), que permite ao Presidente da Câmara a prática de atos da competência da Câmara Municipal em situações de urgência e quando não seja possível reunir extraordinariamente o órgão, determino o seguinte: Aprovar o Relatório Final do procedimento apresentado pelo Júri do concurso; Proceder à Adjudicação da “Concessão da exploração do Bar da Praia Fluvial da Congida” à concorrente Maria de Lurdes Roxo Portela, nas condições constantes da sua proposta e do Relatório Final; Notificar a concorrente adjudicatária da decisão de adjudicação, solicitando-lhe que, no prazo de 6 dias seguidos, proceda à apresentação dos documentos de habilitação exigidos no Programa do Procedimento, em conformidade com o proposto pelo Júri e previsto no Edital; notificar a concorrente adjudicatária da Prestação da garantia de € 1.000,00, a título de caução, conforme previsto nas peças do procedimento de concurso, para garantia do exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais; Notificar os restantes concorrentes do teor do Relatório Final e do presente despacho de adjudicação; Submeter o presente ato a ratificação da Câmara Municipal na sua primeira reunião ordinária subsequente, conforme imperativo legal estabelecido no n.º 3 do citado artigo 35.º da Lei n.º 75/2013. Dê-se conhecimento ao Júri do procedimento e aos serviços competentes para os devidos efeitos”. E foi aquilo que foi levado a cabo e todos os concorrentes puderam aceder, como é óbvio, a tudo aquilo que foi a sua elaboração e a sua decisão. Não sei se querem usar da palavra? Muito bem. Não querendo, coloco à votação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar o ato praticado pelo senhor Presidente. -----

06 – REQUERIMENTOS DIVERSOS



----- **CRISTINA SOUSA – PEDIDO DE LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE – DISCUSSÃO – VOTAÇÃO:** Foi presente um requerimento subscrito pela Cristina Sousa, na qualidade de Sócia da Empresa Brico Foz Côa, Lda., solicitando a Licença para colocação de Publicidade em Painel Outdoor. -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DR. NUNO FERREIRA.** -----

----- Tiveram oportunidade de verificar e prende-se, exatamente, passo aqui a citar alguns pontos da informação que foi trazida aqui à reunião de Câmara. “Neste caso em concreto, como o referido Painel Outdoor vai ser instalado em terreno do domínio privado da Adega Cooperativa de Freixo de Espada à Cinta, cuja autorização foi vinculada através de e-mail datado de 25 de maio de 2026, conforme determina o artigo 4.º, n.º 5, do já referenciado Regulamento, não há lugar ao Licenciamento de Ocupação do Espaço Público, mas sim, ao Licenciamento de Publicidade constante no respetivo Painel, uma vez que é visível da Via Pública. Mais informo V. Exa que o período requerido para o Licenciamento de Publicidade é de 8 meses (maio a dezembro de 2026), conforme consta na referida petição. Neste contexto, sendo este um ato da competência da Câmara Municipal (artigo 3.º do já citado Regulamento), o pedido de Licenciamento de Publicidade deve ser presente à reunião da Excelentíssima Câmara Municipal para deliberação”, que é isso que aqui estamos a fazer. Não sei se alguém quer usar da palavra? Não querendo, colocava à votação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar o Licenciamento de Publicidade solicitado. -----

08 – DELIBERAÇÕES DIVERSAS

----- **HASTA PÚBLICA POR LICITAÇÃO VERBAL PARA ATRIBUIÇÃO DO DIREITO DE OCUPAÇÃO DAS LOJAS N.º 5 E 6 DO MERCADO MUNICIPAL DE FREIXO DE ESPADA À CINTA – DISCUSSÃO – VOTAÇÃO:** Pelo senhor Presidente da Câmara foi presente a proposta de Hasta Pública por Licitação Verbal para Atribuição do Direito de Ocupação das Lojas n.º 5 e 6 do Mercado Municipal de Freixo de Espada à Cinta e, que aqui se dá por integralmente transcrita ficando um exemplar da mesma arquivado na pasta anexa ao livro de atas. -



----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DR. NUNO FERREIRA.** -----

----- “Da proposta. Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima evidenciadas, tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Camarário: que adjudique a atribuição do direito de ocupação da loja n.º 6 do mercado municipal de Freixo de Espada à Cinta a Bruno Miguel Macedo Marelo; b) que aprove a abertura de nova hasta pública por licitação verbal para atribuição do direito de ocupação da loja n.º 5, nas mesmas condições que a anterior”. Não sei se alguém quer usar da palavra? Não querendo, coloco à votação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade que adjudique a atribuição do direito de ocupação da loja n.º 6 do Mercado Municipal de Freixo de Espada à Cinta a Bruno Miguel Macedo Marelo; mais ainda, que aprove a abertura de nova hasta pública por licitação verbal para atribuição do direito de ocupação da loja n.º 5, nas mesmas condições que a anterior. -----

----- **LOJA N.º 6 DO MERCADO MUNICIPAL – SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE EXERCÍCIO DE ATIVIDADE ECONÓMICA – DISCUSSÃO – VOTAÇÃO:** Atenta à informação n.º 493 datada de 3-jun-26 subscrita pela Técnica Superior, Dra. Susana Maria Durana Valente, a qual informa que na sequência da hasta pública por licitação verbal para a atribuição do direito de ocupação das lojas n.º 5 e 6 do Mercado Municipal de Freixo de Espada à Cinta que teve lugar no dia 2/06/2026, foi atribuído ao requerente Bruno Miguel Macedo Marelo atribuição do direito de ocupação da loja n.º 6 do Mercado Municipal. Nesse seguimento apresentou o pedido de autorização para exercer na referida fração a atividade económica de prestação de serviços de estética diversos e, que aqui se dá por integralmente transcrita ficando um exemplar da mesma arquivado na pasta anexa ao livro de atas. -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DR. NUNO FERREIRA.** -----

----- Tiveram também oportunidade de verificar a informação, mas, de qualquer forma, passo a tecer alguns considerandos. “Dos Factos: Na



sequência da hasta pública por licitação verbal para a atribuição do direito de ocupação das lojas n.º 5 e 6 do mercado municipal de Freixo de Espada à Cinta que teve lugar no dia 2/06/2026, foi atribuído ao requerente Bruno Miguel Macedo Marelo atribuição do direito de ocupação da loja n.º 6 do mercado municipal. Nesse seguimento apresentou o pedido de autorização para exercer na referida fração a atividade económica de prestação de serviços de estética diversos. Do Direito: No Mercado Municipal de Freixo de Espada à Cinta, sob administração municipal, e de acordo com o Regulamento do Mercado Municipal, as lojas destinam-se às vendas dos produtos autorizados. Em conformidade com o n.º 1 do art.º 2º do Regulamento do Mercado Municipal, o mercado destina-se à venda de hortaliças, legumes, fruta, carne, peixe, criação, flores e em geral de quaisquer géneros alimentícios. De acordo com o estipulado nos n.ºs 2 e 3 do art.º 2 do diploma legal em referência, quando julgar conveniente, a Câmara Municipal poderá autorizar a venda accidental, temporária ou contínua de outros produtos ou artigos, podendo nas lojas efetuar-se a venda de quaisquer artigos, desde que a Câmara Municipal o tenha autorizado. Conclusão: Assim, pelas razões de facto e de direito compete ao excelentíssimo órgão executivo pronunciar-se sobre a autorização do exercício de atividade económica solicitada”. Não sei se querem usar da palavra? Não querendo, coloco à votação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade autorizar o exercício da atividade económica solicitada. -----

RUÍNAS

----- **EDIFÍCIO SITO NA RUA DO MOURADAL, NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE FREIXO DE ESPADA À CINTA E MAZOUÇO, EM FREIXO DE ESPADA À CINTA – AUTO DE VISTORIA – APROVAÇÃO:** Pelo senhor Presidente da Câmara foi presente o auto de vistoria que a seguir se transcreve: -----

AUTO DE VISTORIA

Aos 27 dias do mês de maio de 2026, deslocou-se a Comissão de Vistoria à Rua do Mouradal, na União de Freguesias de Freixo de Espada à Cinta e Mazouço, em Freixo de Espada à



Cinta, a fim de verificar as condições em que se encontra uma edificação, tendo apurado o seguinte:

Caraterização do imóvel

Número de pisos: 1

Tipo de paredes: Resistentes em alvenaria de pedra

Tipo de cobertura: Inexistente

Elementos salientes (para via pública):

Outros:

Anomalias detetadas

- Parede do edifício em ruínas;
- Interior com lixo e detritos provenientes de desmoronamento de elementos do edifício, pondo em risco a salubridade do local.

Obras preconizadas

- Reparação ou demolição das paredes do edifício;
- Limpeza de todos os detritos existentes no interior do edifício.

Nível de conservação (artigo 5º, D.L. nº 266-B/2012, de 31 de dezembro)

1 - Péssimo.

Prazo para execução das obras preconizadas

- Quarenta dias úteis.

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Têm aí a informação que foi trazida a cabo pela Comissão de Vistoria e que dá o prazo para execução das obras preconizadas para quarenta dias úteis. Não sei se quer alguém usar da palavra? Não querendo, colocava à votação. -----



DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade notificar o/a proprietário/a do edifício das anomalias detetadas bem como das obras que devem ser efetuadas. -----

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA: Nos termos do número três do artigo cinquenta e sete do Anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze de doze de setembro, e para efeitos do disposto no artigo cinquenta e seis do mesmo normativo legal, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a ata sob a forma minuta com vista a sua excecutoriedade imediata. -----

----- **ENCERRAMENTO:** Não havendo mais nada a tratar, pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara foi declarada encerrada a reunião, eram quinze horas e vinte e sete minutos da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser assinada. -----

----- E eu, António Manuel Gonçalves Duarte Assistente Técnico do Município a subscrevo e também assino. -----

O Presidente da Câmara Municipal

O Assistente Técnico